



# Sumário: impactos econômicos e sociais da transferência de atividades da Petrobras da Baixada Santista



SINDICATO DOS PETROLEIROS  
DO LITORAL PAULISTA



## EXPEDIENTE

**Publicação de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Estudos  
Políticos e Sociais (Ibeps)**

CNPJ 26.968.526/0001-53

Av. Munhoz da Rocha, 786 - Bairro Cabral

CURITIBA/PR

CEP 80.035-000

### **Concepção, pesquisa e texto:**

Eric Gil Dantas – Economista e doutor em Ciência Política

Sebastião Carlos Pereira Filho – Advogado e mestre em Educação

***O CONTEÚDO EXPRESSO NESTE MATERIAL NÃO CORRESPONDE,  
NECESSARIAMENTE, À OPINIÃO DO SINDIPETRO LP.***



**SINDIPETRO-LP**

- FUNDADO EM 19 DE DEZEMBRO DE 1958

**Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista**

**CNPJ: 58.194.416/0001-78.**

**Av. Conselheiro Nébias, 248 – Bairro Vila Mathias  
Santos – SP**

**CEP: 11015-002**

**Telefone: (13) 3202-1100**



---

## Resumo da Nota Técnica “Impactos econômicos e sociais da transferência de atividades da Petrobras da Baixada Santista”<sup>1</sup>

*Eric Gil Dantas, economista*

*Sebastião Carlos Pereira Filho, advogado*

A Petrobras vem reduzindo, paulatinamente, as suas atividades na região de Santos. Os projetos de novos investimentos e contratações de trabalhadores, criados com a descoberta do pré-sal, parecem ter sido abandonados. Com o deslocamento das atividades de operação para o Rio de Janeiro, a permanência das atividades de apoio no EDISA Valongo está em risco. As consequências econômicas e sociais desse possível encerramento, para a cidade de Santos e região da Baixada Santista são enormes e tenebrosas.

O EDISA opera atualmente com cerca de 2.100 empregados diretos e indiretos da Petrobras. O encerramento das atividades significaria, de antemão, o desemprego de cerca de 1.000 trabalhadores terceirizados e prestadores de serviços, engrossando o desemprego na cidade de Santos e região.

Para avaliarmos os possíveis danos à região, estimamos os efeitos sob a economia local e a perda de arrecadação dos municípios da Baixada Santista e do estado de São Paulo.

### **1. Perdas na economia local**

Quando uma empresa sai de uma região, tal como é a pretensão da Petrobras para o caso da Baixada Santista, ela impacta negativamente a economia local. O primeiro efeito é fazer desaparecer empregos e, conseqüentemente, renda. Renda esta que é gasta no dia-a-dia da cidade,

---

<sup>1</sup> Referente à Nota Técnica feita pelo Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps) sob encomenda do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (Sindipetro-LP).



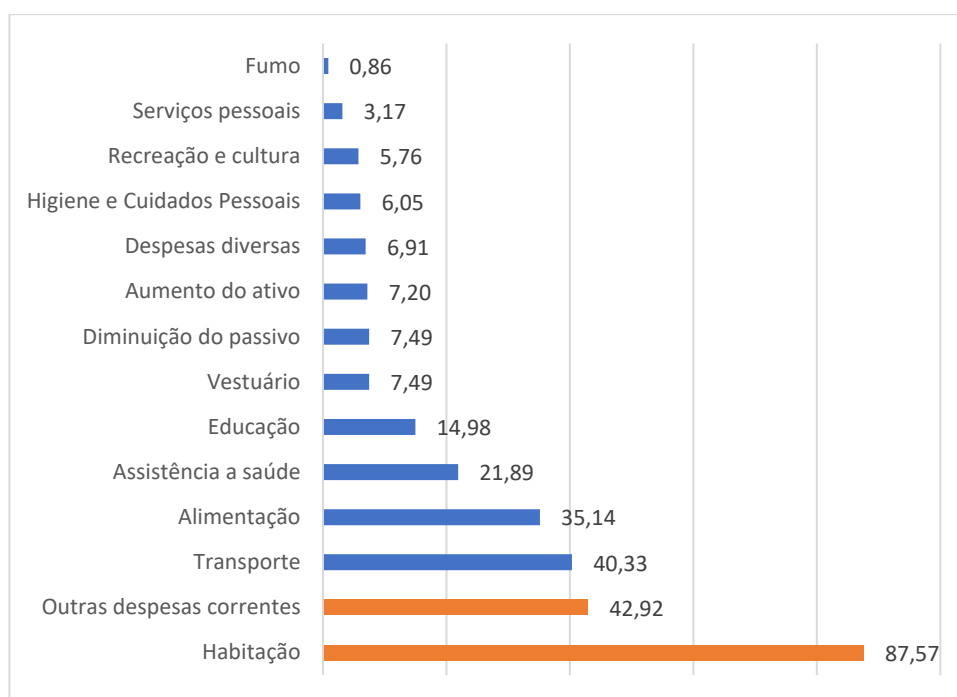
---

comprando pão na padaria, pagando um aluguel de um apartamento ou cortando o cabelo no cabeleireiro.

Para termos uma dimensão mais exata deste primeiro impacto, estimamos como estes 1.081 empregados da Petrobras do EDISA consomem sua massa salarial anual de, aproximadamente, **R\$ 288 milhões**. Para isto, utilizamos a **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE**, a mais detalhada do país sobre como as famílias de diferentes faixas de renda e diferentes estados despendem sua renda.

A partir disto, pudemos observar o quanto que este dinheiro deixará de circular pela economia local. Como pode ser visto no Gráfico 1, o setor mais atingido será o de Habitação, onde estas 1.081 famílias despendem 30,4% de sua renda, isto é, R\$ 87, 57 milhões. Este gasto com Habitação é dividido em diferentes subitens, tais como Aluguel (R\$ 45,8 milhões), Serviços e Taxas (R\$ 18,44 milhões), Manutenção do Lar (R\$10,1 milhões), Condomínio (R\$ 6 milhões), Mobiliários do Lar (R\$ 3,17 milhões) e Eletrodomésticos (R\$ 2,88 milhões). Com este nível de detalhamento, ou até mais – como está exposto no estudo completo –, podemos ver que teremos efeitos como: (i) mercado imobiliário da região perdendo o equivalente a 20 mil mensalidades de aluguel por ano; (ii) perda em Serviços e Taxas (telefone fixo, telefone celular, TV e Internet, gás doméstico, água e esgoto, etc.), na ordem de R\$ 18,44 milhões, o que significa, por exemplo, que serão vendidos R\$ 1,2 milhão a menos de gás nas residências (GLP e natural) e que as empresas de internet e TV terão quase R\$ 5 milhões a menos de circulação no ano; (ii) serão pagos R\$ 6 milhões a menos em Condomínios, impactando no emprego de porteiros e zeladores além de outros prestadores de serviço de manutenção destes residenciais; (iii) haverá uma diminuição de quase R\$ 3 milhões em compras de eletrodomésticos, isto é, as lojas perderão este montante milionário em vendas todos os anos.

**Gráfico 1 – Distribuição da despesa média mensal familiar para o caso dos empregados da Petrobras segundo tipos de despesa – SP – período 2017-2018 (em milhões de R\$) – Total de R\$ 288 milhões**



Fonte: Elaboração própria

Já ao se falar em gastos com Transporte, teremos perdas em vendas das concessionárias da região, que deixarão de vender todos os anos R\$ 12,7 milhões em automóveis. Também os postos de gasolina deixarão de vender R\$ 10,7 milhões apenas em álcool e gasolina. Mecânicas perderão quase R\$ 5 milhões em receitas de serviços todos os anos. Já o transporte urbano terá uma baixa de R\$ 2,6 milhões.

Outra grande perda será no setor de Alimentação. A saída destes empregados deverá retirar R\$35,1 milhões anuais deste setor. Deste montante, 47,1% são gastos para se alimentar em casa e 52,9% para se alimentar fora de casa. O primeiro atingindo, mercados, padarias e outras vendas e o segundo, restaurantes, lanchonetes e bares. Os mais afetados são restaurantes que servem almoço e jantar. Para estas empresas a perda é de R\$ 14,83 milhões



anuais. Já para lanchonetes a perda é de R\$ 2,8 milhões. Para a venda de bebidas alcoólicas nos bares a perda será de R\$ 280 mil por ano.

Para os gastos com Saúde, onde o montante soma quase R\$ 22 milhões, a divisão é feita da seguinte forma: os principais afetados serão os gastos classificados como “consultas, exames, tratamentos e hospital”, que perderão R\$ 15,7 milhões em receitas anuais. Deste total, os hospitais perderão R\$9,16 milhões, os Consultórios e clínicas médicas R\$ 2,44 milhões, Laboratórios R\$ 1,07 milhão e Consultórios e clínicas odontológicas R\$ 920 mil. Já as farmácias perderão R\$ 6,3 milhões em vendas de remédios.

Para a Educação, sexto maior gasto, teremos uma perda de quase R\$ 15 milhões. As instituições mais afetadas serão as faculdades (R\$ 5,47 milhões) e escolas regulares (R\$ 5,19 milhões), concentrando 71% da perda milionária do setor. Outras escolas que não as de ensino básico regular perderão quase R\$ 3 milhões, livrarias perderão R\$ 580 mil e papelarias R\$ 290 mil.

Em relação ao Vestuário teremos uma subtração de quase R\$ 7,5 milhões anuais neste mercado. As lojas de roupas perderão R\$ 5,19 milhões em vendas, enquanto que as lojas de calçados perderão R\$ 2 milhões. Lojas de joias e bijuterias perderão R\$ 290 mil.

As compras de produtos de higiene diminuirão em R\$ 6 milhões na região, gerando perdas tanto para mercados quanto para farmácias. Instrumentos e produtos de uso pessoal terão perdas de R\$ 3,17 milhões, perfume de R\$ 1,44 milhão e sabonetes, xampus e cremes/condicionadores perderão R\$ 1,15 milhão.

Já em relação às despesas com Recreação e Cultura, as lojas mais atingidas serão as que vendem celulares e acessórios, microempreendimentos que ocupam muitas pessoas nos centros das cidades, vendendo fones, protetores de telas, consertando celulares, etc., com perdas de mais de R\$ 2 milhões. Recreações e esportes terão subtração de R\$ 1,73 milhão, livrarias e bancas R\$ 580 mil e lojas de brinquedos e jogos perderão R\$ 290 mil.

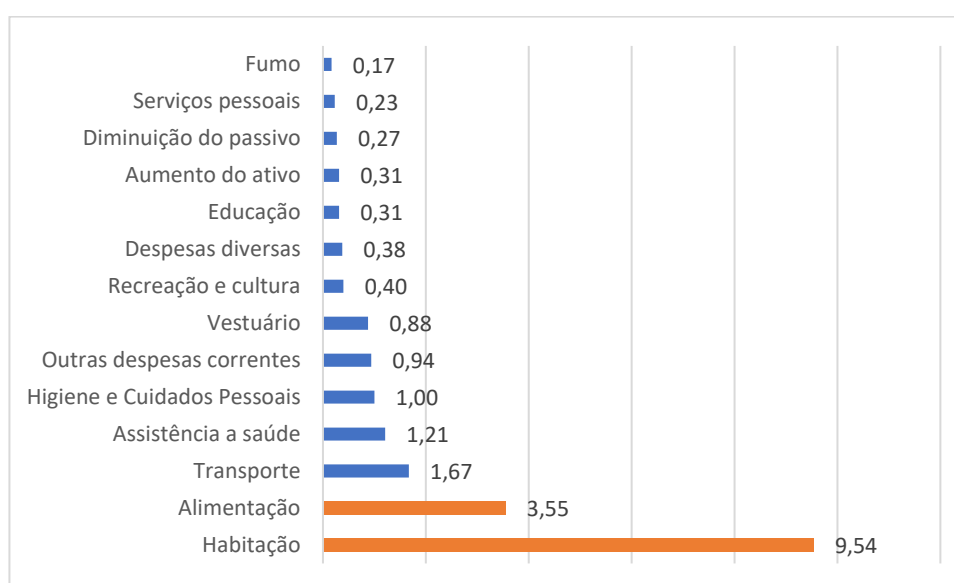


Também teremos grande perda em um setor que ocupa muitos trabalhadores autônomos e informais, o de Serviços Pessoais. Cabeleireiros perderão R\$ 1,73 milhão, enquanto que manicures e pedicures perderão R\$ 860 mil, o que irá gerar grandes impactos na vida destes trabalhadores.

Por fim, também chamamos atenção para gastos com aumento do ativo das famílias. Anualmente, estas famílias investem R\$ 7,2 milhões em aquisição e reformas de imóveis. Ou seja, mais um fator que impactará negativamente o mercado imobiliário da região, desvalorizando imóveis e retirando dinheiro da Construção Civil.

Por sua vez, os trabalhadores terceirizados do EDISA deverão perder uma renda de aproximadamente R\$ 20,85 milhões. Adotando o mesmo método anterior, agora com a distribuição das despesas segundo a POF-IBGE para famílias de renda de até R\$ 1.908, temos que as principais despesas são Habitação (45,7%), Alimentação (17%), Transporte (8%), Saúde (5,8%) e Higiene (4,8%), traduzindo-se nas despesas mostradas no Gráfico 2.

**Gráfico 2 – Distribuição da despesa média familiar para o caso dos terceirizados do EDISA segundo tipos de despesa – SP – período 2017-2018 (em milhões de R\$) – Total de R\$ 20,85 milhões**



Fonte: Elaboração própria

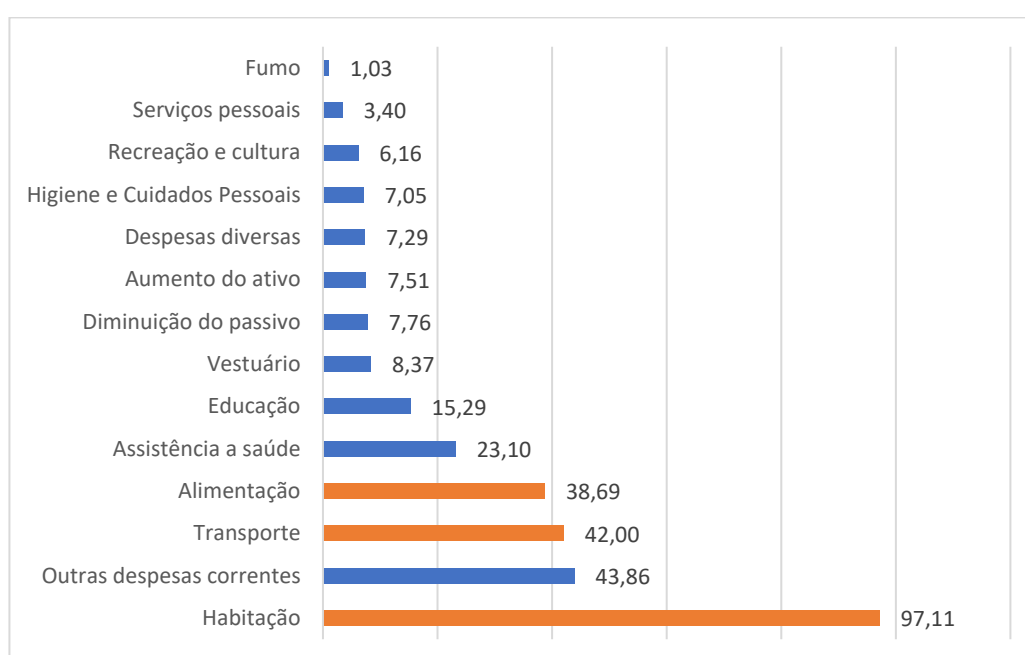




Para enxergarmos de forma agregada, vejamos agora o quanto que a saída destes dois grupos de trabalhadores fará deixar de circular na economia local. Com o total de R\$ 309 milhões anuais, vemos que **a região perderá quase R\$ 100 milhões na área de Habitação**, R\$ 42 milhões em Transporte e R\$ 39 em alimentação, como pode ser visto no Gráfico 3.



**Gráfico 3 – Detalhamento das despesas anuais dos empregados da Petrobras e dos terceirizados do EDISA por item (em milhões de R\$) – Total de R\$ 309 milhões**







Fonte: Elaboração própria

Um segundo efeito, fruto da diminuição do consumo na região, é a perda de arrecadação tributária. Nos limitamos aqui à tributação estadual e municipal, tendo em vista que a transferência de empregos para o Rio de Janeiro não afeta a arrecadação federal. A partir de dados da Receita Federal, estimamos com a massa salarial que calculamos, a perda de arrecadação municipal de R\$ 3,12 milhões e de arrecadação estadual de R\$ 18,7 milhões, ambos calcados na tributação indireta a partir do consumo de bens e serviços, já que a arrecadação via IPTU permanece constante, pois os imóveis não desaparecem.

**Tabela 1 – Estimativa de arrecadação a partir de tributos municipais e estaduais no consumo de bens e serviços dos empregados da Petrobras e terceirizados (em R\$)**

	Empregados da Petrobras	Empregados terceirizados	Total
Tributo municipal	2.880.590,02	241.828,17	3.122.418,19
Tributo estadual	17.237.450,71	1.447.099,77	18.684.550,48
Total	20.118.040,73	1.688.927,94	21.806.968,67

Fonte: Elaboração própria

Apesar de o valor parecer baixo, se comparada à arrecadação do estado de SP, que totalizou R\$ 13,16 bilhões só em ICMS em 2019, ou do município de Santos, que arrecadou R\$ 1,5 bilhão em impostos municipais, o valor de quase R\$ 22 milhões se soma às outras consequências descritas ao longo deste trabalho.



## 2. Considerações gerais sobre os impactos sociais da medida

Os investimentos realizados pelo poder público e pela iniciativa privada nos últimos anos também se perderiam, podendo ocasionar a quebra de empreendedores e a interrupção de projetos que estão em andamento. A expectativa gerada pela Petrobras era de que o EDISA seria a primeira de três torres comerciais a serem instaladas no centro histórico de Santos. A infraestrutura assumida pela iniciativa privada em torno da primeira torre envolveu a construção de novos prédios, hotéis e lojas comerciais. Houve uma expansão de várias atividades comerciais. Notadamente, tivemos a expansão do segmento educacional, com a oferta de cursos de nível médio e superior relacionados às atividades da companhia petroleira, por inúmeras instituições, dentre elas a UniSantos, Unifesp e Unip.

A prefeitura de Santos promoveu alterações legislativas substanciais, modificando o Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo na cidade, de forma a permitir a expansão imobiliária e também promover a recuperação do patrimônio arquitetônico da cidade e a renovação da paisagem urbana, com destaque para o bairro do Valongo, visando à exploração de suas vocações turísticas e econômicas.

As demais cidades da região também se prepararam para um ciclo de investimento público e incentivo à iniciativa privada em diversas áreas, em particular de transporte e logística, construção civil e naval, instalação de polos industriais etc.

Em Santos, o Programa Alegria Centro, dentre outras medidas, previa a ampliação da linha do bonde, a restauração de teatros e outros espaços culturais, além da Estação Ferroviária do Valongo e a instalação de um museu no antigo Casarão do Valongo. O programa previa medidas de incentivos, envolvendo a área fiscal e tributária, de forma a atrair empreendedores do setor privado.

O governo estadual, em parceria com a prefeitura local, iniciou as obras de implantação do VLT, tendo o primeiro trecho sido entregue em 2017, uma



extensão de 11,5 km. que liga o porto de Santos ao terminal dos Barreiros em São Vicente. Trata-se de uma obra de valor estratégico na interligação dos municípios da região, podendo gerar impactos positivos na facilitação do acesso dos cidadãos ao emprego, ao consumo, ao lazer, na redução dos danos ambientais - barulho e poluição - advindos da redução do número de ônibus em circulação, bem como no tempo de viagem entre as cidades.

No dia 5 de dezembro de 2019, o governo estadual divulgou no Diário Oficial do Estado (DOE) a habilitação de empresas para obras da segunda fase do VLT - Sistema Integrado Metropolitano. O trecho em questão tem 8 km. e prevê a construção de 14 estações, ligando a Av. Conselheiro Nébias ao Valongo, a um custo inicial de R\$ 217,7 milhões. Somente com desapropriações estima-se um gasto superior a R\$ 19 milhões.

Para além do aspecto econômico e do investimento realizado nessas obras, há que se destacar também que as mudanças empreendidas no Plano Diretor e na Lei de Uso e Ocupação do Solo também trouxeram impactos urbanísticos e ambientais importantes, como o aumento da verticalização das construções, aumento do tráfego, da poluição sonora e atmosférica - em função das obras -, desapropriações, saída forçada de moradores de suas regiões para dar lugar aos empreendimentos, dentre outros. Há o temor de que a saída da Petrobras da região também possa resultar no encerramento dos programas ambientais e do incentivo às ONGs parceiras dos projetos na Baixada Santista.

Se encerrar as suas atividades no EDISA, a Petrobras simplesmente deixará a conta desses investimentos públicos e privados, bem como os impactos gerados pela rápida mudança da paisagem urbana, nas mãos dos empreendedores privados; dos trabalhadores, que perderão seus empregos; dos entes públicos que garantiram os investimentos de infraestrutura e, de resto, de toda a população da cidade de Santos<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Estudo mais detalhado a respeito pode ser encontrado em Viana, M.A. & Marum, V.O. Impactos urbanos da cadeia produtiva de petróleo e gás: estudo de caso em Santos, SP. Cadernos Metrópole, apr 17/2020.



# Impactos econômicos e sociais da transferência de atividades da Petrobras da Baixada Santista



SINDICATO DOS PETROLEIROS  
DO LITORAL PAULISTA



---

## **NOTA TÉCNICA**

# **“Impactos econômicos e sociais da transferência de atividades da Petrobras da Baixada Santista”**



## EXPEDIENTE

### **Publicação de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps)**

CNPJ 26.968.526/0001-53

Av. Munhoz da Rocha, 786 - Bairro Cabral

CURITIBA/PR

CEP 80.035-000

#### **Concepção, pesquisa e texto:**

Eric Gil Dantas – Economista e doutor em Ciência Política

Sebastião Carlos Pereira Filho – Advogado e mestre em Educação

***O CONTEÚDO EXPRESSO NESTE MATERIAL NÃO CORRESPONDE, NECESSARIAMENTE, À OPINIÃO DO SINDIPETRO LP.***



**SINDIPETRO-LP**

- FUNDADO EM 19 DE DEZEMBRO DE 1958

### **Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista**

**CNPJ: 58.194.416/0001-78.**

**Av. Conselheiro Nébias, 248 – Bairro Vila Mathias**

**Santos – SP**

**CEP: 11015-002**

**Telefone: (13) 3202-1100**



## Apresentação

A Petrobras anunciou no dia 11 de maio de 2020 a transferência, a partir de junho do mesmo ano, da lotação de 937 empregados da Unidade de Negócios da Bacia de Santos para o Rio de Janeiro (RJ). São trabalhadores que atuam em sete plataformas de exploração e produção de petróleo, centralizadas a partir do Edifício Sede localizado no Valongo (EDISA), centro estratégico das operações da empresa na região para o gerenciamento da riqueza descoberta na camada do pré-sal, carro-chefe das atividades da Petrobras na atualidade.

A transferência desse contingente de empregados ocorre na esteira de outras medidas de esvaziamento das atividades da Companhia na região da Baixada Santista, com a consequente centralização na sede da estatal, no RJ. Em abril de 2018 foram eliminados os voos das plataformas de Merluza e Mexilhão pelo Aeroporto de Itanhaém, transferindo-os para Jacarepaguá (RJ). Então, 30 postos de trabalho foram extintos gerando impactos na economia local. A decisão anunciada agora pela Companhia encerra qualquer perspectiva de retomada dos voos a partir de Itanhaém, apesar de importantes investimentos realizados pela empresa na modernização das instalações do Aeroporto. Em outubro de 2019, a empresa anunciou a transferência de outros 74 empregados da área de engenharia de poços e o fechamento do laboratório de geologia do pré-sal, em Santos.

Segundo informe institucional da página da Petrobras na internet<sup>1</sup>:

O volume produzido por poço no pré-sal da Bacia de Santos está muito acima da média da indústria de óleo e gás. São cerca de 25 mil barris de petróleo por dia, em média. Dos dez poços com maior produção no Brasil, nove estão localizados nessa área. O mais produtivo deles está no campo de Lula, com vazão média diária de 36 mil barris de petróleo por dia. Já Libra, um dos maiores e mais promissores projetos de produção de óleo e gás já desenvolvidos pela indústria offshore, apresenta reservatórios que

---

<sup>1</sup> <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>, visualizado em 14.06.2020.





estão entre os mais produtivos no mundo, com colunas de óleo que chegam a 400 metros de espessura - o equivalente à altura do Pão de Açúcar.

Com o deslocamento das atividades de operação para o RJ, a permanência das atividades de apoio no edifício localizado na cidade de Santos está em risco, o que afeta um contingente expressivo de trabalhadores da Petrobras e prestadores de serviços, com impactos econômicos e sociais que se espalham pela cidade de Santos e pela região metropolitana da Baixada Santista (RMBS), em particular.

A RMBS<sup>2</sup> foi criada em 1996 e é composta por nove municípios: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente. Ocupa lugar de destaque na economia do estado de São Paulo (SP), caracterizando-se pela diversidade de funções econômicas de seus municípios, com presença nas áreas industrial, portuária, da pesca, do turismo, comércio atacadista, comércio varejista, comércio de exportação, atendimento à saúde, educação, transporte e sistema financeiro. A cidade de Santos é a sede desta região. Com população estimada de 433.311 pessoas (IBGE, 2019), possui 47% de sua população ocupada. O salário médio mensal, em 2017, era de 3,3 salários mínimos. O PIB da cidade chega a R\$ 22 bilhões.<sup>3</sup> Já a RMBS ostenta indicadores econômicos também importantes. População de 1.848.654 habitantes (IBGE, 2018) e um produto interno bruto de R\$ 63.951.257.000,00 (IBGE, 2017).

A região tem no pré-sal um dos principais vetores de dinamização da sua economia, responsável direto e indireto pelo incentivo à criação de novos empregos formais. A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de SP<sup>4</sup> elenca, dentre os pontos fortes e atrativos para investimento na região, a presença do “Centro de Operações da Petrobras para exploração da Bacia de Santos” e a existência do “Parque tecnológico de Santos”, resultado da

---

<sup>2</sup> Com informações de <https://emplasa.sp.gov.br/RMBS> e <https://www.agem.sp.gov.br/> e <https://www.sdr.sp.gov.br/2892/>, visualizados em 10.06.2020.

<sup>3</sup> Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santos/panorama>, visualizado em 15.06.2020.

<sup>4</sup> Disponível em <https://www.desenvolvesp.com.br/mapadaeconomiapaulista/ra/santos/>, visualizado em 10.06.2020.



instalação do Centro Tecnológico da Baixada Santista (que abriga unidades do IPT, USP, Unifesp e Senai) em pesquisas relacionadas ao setor de petróleo e gás. Destaca também – dentre as oportunidades relacionadas aos investimentos da Petrobras – a ampliação da rede de hotéis, o incremento do turismo de negócios, investimentos imobiliários nas proximidades do EDISA, bem como a expansão de serviços especializados de apoio à exploração do pré-sal, como projetos de engenharia e tecnologia de informação.

Esta Nota Técnica tem por objeto a análise dos impactos econômicos e sociais para o município de Santos e região metropolitana do eventual encerramento das atividades da Petrobras realizadas no EDISA, na cidade de Santos. Para isto, o trabalho está dividido em cinco seções, além desta introdução. O primeiro trata sobre a metodologia da presente pesquisa, expondo como estimamos os dados de massa salarial, de despesas efetuadas pelos empregados da Petrobras e terceirizados e como isto se traduz em tributos municipais e estaduais. No segundo item tratamos de produzir as estimativas de onde a renda dos trabalhadores da Petrobras é alocada, dividindo estes gastos por itens, e conseqüentemente por setores econômicos que seriam afetados caso estas despesas desaparecessem. No terceiro item fizemos o mesmo para o caso dos terceirizados, além de mostrar os dados de forma agregada (empregados da Petrobras e terceirizados). No quarto item, estimamos quais são as possíveis perdas de tributos para estes municípios e para o estado de SP. Por fim, na quinta seção fizemos uma análise geral dos impactos sociais que esta remoção da Petrobras pode acarretar para a região da Baixada Santista.

## **1. Metodologia**

Para alcançar os objetivos do presente estudo, fez-se necessária a realização de pesquisa documental e o levantamento de dados para calcular a massa salarial dos **1.081 empregados da Petrobras e 1.000 trabalhadores contratados**, prestadores de serviço e terceirizados lotados no EDISA.



A Companhia não divulga o salário individualizado ou a tabela de remuneração dos seus empregados. Conforme informativo da página da petroleira na internet<sup>5</sup>, “o Decreto Federal nº 7.724/2012 - que regulamenta a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) - determina [que] não há exigência de divulgação da remuneração individualizada e tabela de remuneração dos empregados”. Da mesma forma, também não são informados os valores pagos aos prestadores de serviço, contratados e empresas terceirizadas, nos termos a seguir<sup>6</sup>: “considerando que as empresas contratadas são as que ostentam a condição de empregadoras, uma vez que assalariam e dirigem a prestação pessoal dos serviços nos termos do artigo 2º da [CLT] (Decreto-Lei nº 5.452/1943), as informações relativas a seus empregados não são de competência da Petrobras”.

Para se chegar aos valores estimados da massa salarial, optou-se pela adoção de metodologia já consagrada nos estudos do Banco Central, apurando-se, para os empregados diretos da Petrobras, o cálculo da massa salarial líquida anualizada deste segmento. Tal cálculo de valores compreende a soma de todos os rendimentos de salários, vantagens e auxílios mensuráveis, abatidos os descontos do Imposto de Renda e contribuições previdenciárias. Os cálculos foram realizados para um contingente estimado de 1.081 profissionais de nível médio e superior, divididos e observados os seus respectivos cargos e funções, os quais são apresentados no Anexo 1, mas com os nomes dos cargos alterados, devido a confidencialidade dos dados. Aplicou-se, para efeito do valor apurado, o intervalo médio dos níveis de cada segmento, conforme as tabelas salariais e de remuneração mínima por nível e regime constantes do Acordo Coletivo de Trabalho (2019/2020), celebrado entre o Sindipetro-LP e a Petrobras. Para a estimativa do adicional de tempo de serviço utilizou-se a faixa correspondente ao tempo médio de 15 anos de empresa para efeito de apuração do valor incorporado aos rendimentos. Não

---

<sup>5</sup> Ver em: <http://transparencia.petrobras.com.br/empregados>.

<sup>6</sup> Idem.



foram consideradas as verbas provenientes de programas de remuneração de resultados da Companhia, sobre cujos valores não foi dada publicidade, e, ainda, em razão dos impasses que permeiam a negociação entre a representação sindical e a Petrobras, o que deixa a estimativa de massa salarial mais conservadora.

Já para se chegar aos valores estimados da renda dos prestadores de serviços e terceirizados, trabalhou-se com um número estimado de 1.000 empregados alocados no EDISA. Tomou-se a tabela de valores apurada em base aos dados oficiais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados da Secretaria da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho), dados expostos no Anexo 2. Neste caso, apuramos a massa salarial bruta e anualizada, sem acréscimos de outros auxílios e vantagens. O problema da transformação de renda bruta em líquida (subtração de impostos diretos) aqui é resolvido a partir dos dados que utilizaremos do IBGE, os quais estimam o quanto que estas famílias pagam neste tipo de tributação.

Consolidados esses valores, o segundo momento deste trabalho consistiu na estratificação dos gastos familiares, por segmento, tomando por base a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF 2017/2018) do IBGE, observando-se as despesas por item conforme a faixa de renda familiar apurada pela pesquisa. Para os empregados da Petrobras utilizamos a faixa de rendimentos de R\$ 9.540 a R\$ 14.310, já para os terceirizados a faixa foi de rendimentos até R\$ 1.908. Os dados utilizados foram os do estado de SP.

Optamos por apresentar os dados segmentados entre os empregados diretos da Petrobras e os terceirizados, para detalharmos melhor os diferentes impactos. Além do mais, são dois tipos diferentes de impactos, pois os empregados da Petrobras seriam transferidos, deixando de existir na cidade e levando toda a renda e as consequentes despesas para outro estado, enquanto que a realocação dos terceirizados tende a ser em âmbito local,



gerando desemprego e queda da renda regional, amenizado inicialmente por transferências governamentais (tal como o auxílio-desemprego).

Para a estimativa de tributos que serão perdidos pelos municípios da região e pelo estado de SP, utilizamos um número da publicação “Carga Tributária no Brasil 2018: Análise por Tributo e Bases de Incidência”, da Receita Federal. Foi utilizado o dado “Receita Tributária por Base de Incidência e Nível de Governo – 2018”, que mostra a receita tributária em relação ao PIB por nível de governo (federal, estadual e municipal). Tendo em vista a identidade macroeconômica  $\text{despesa} = \text{PIB}$ , avaliamos que aplicar o percentual desta receita tributária, utilizando-se especificamente o valor de tributos sobre “bens e serviços” aos níveis estadual (7,48%) e municipal (1,25%) para o caso de Santos, nos traduziria de forma satisfatória a perda de arrecadação por parte do estado de SP e dos municípios onde residem e gastam os trabalhadores que poderão deixar seus empregos<sup>7</sup>.

O cruzamento dos dados levantados permite estimarmos o impacto econômico e social do eventual encerramento das atividades administrativas da Petrobras na cidade de Santos e seus impactos na região da Baixada Santista.

## **2. Estimando a perda de despesas efetuadas pelos empregados da Petrobras na Região da Baixada Santista**

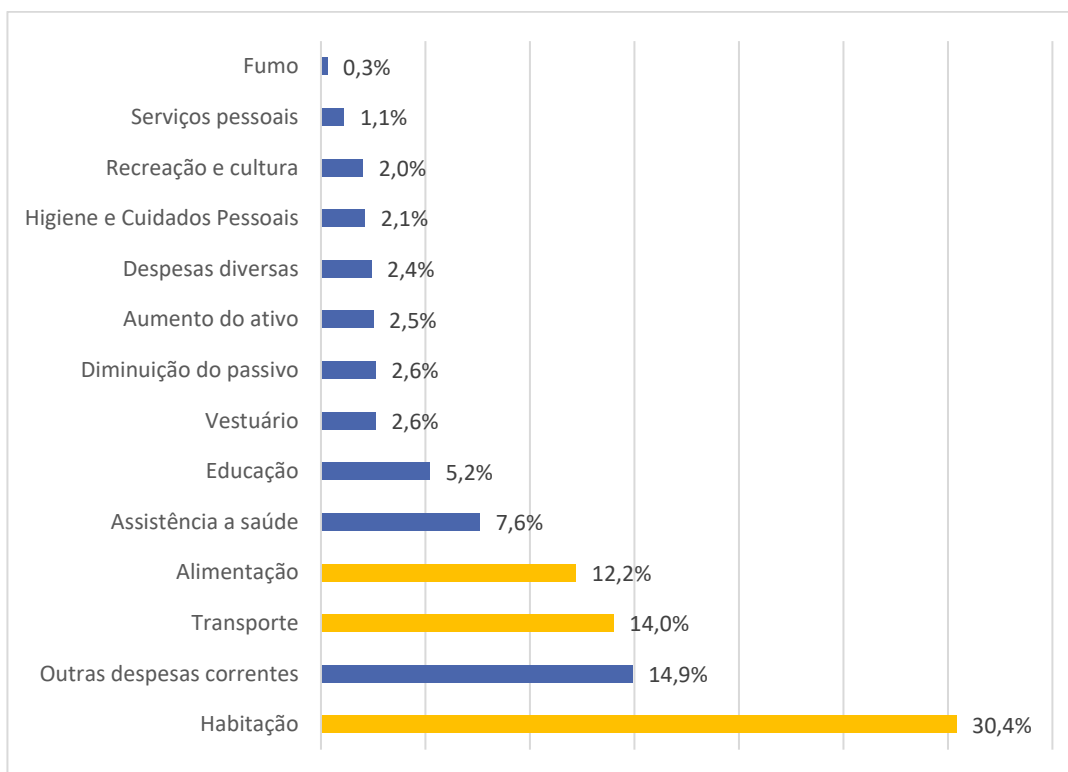
Segundo a POF 2017-2018, as famílias residentes no estado de SP, de renda entre R\$ 9.540 e R\$ 14.310, dividem, em média, suas despesas da forma que está sistematizada no Gráfico 1. Como pode ser visto, as maiores despesas são com Habitação (30,4%), Outras Despesas Correntes<sup>8</sup> (14,9%), Transporte (14%), Alimentação (12,2%), Assistência à Saúde (7,2%) e Educação (5,2%).

---

<sup>7</sup> Ambos os documentos, POF 2017-2018 e “Carga Tributária no Brasil 2018: Análise por Tributo e Bases de Incidência”, correspondem às publicações mais recentes sobre cada tema.

<sup>8</sup> “As outras despesas correntes correspondem a despesas com: impostos pagos, tais como: imposto sobre propriedade de imóveis, imposto de renda, imposto sobre serviços, imposto sobre propriedade de veículos e emplacamento de veículo, contribuições trabalhistas (como previdência pública, conselho e associação de classe

**Gráfico 1 - Distribuição da despesa média mensal familiar para famílias de rendimento entre R\$ 9.540 e R\$ 14.310 segundo tipos de despesa – SP – período 2017-2018 (em % em relação ao total)**



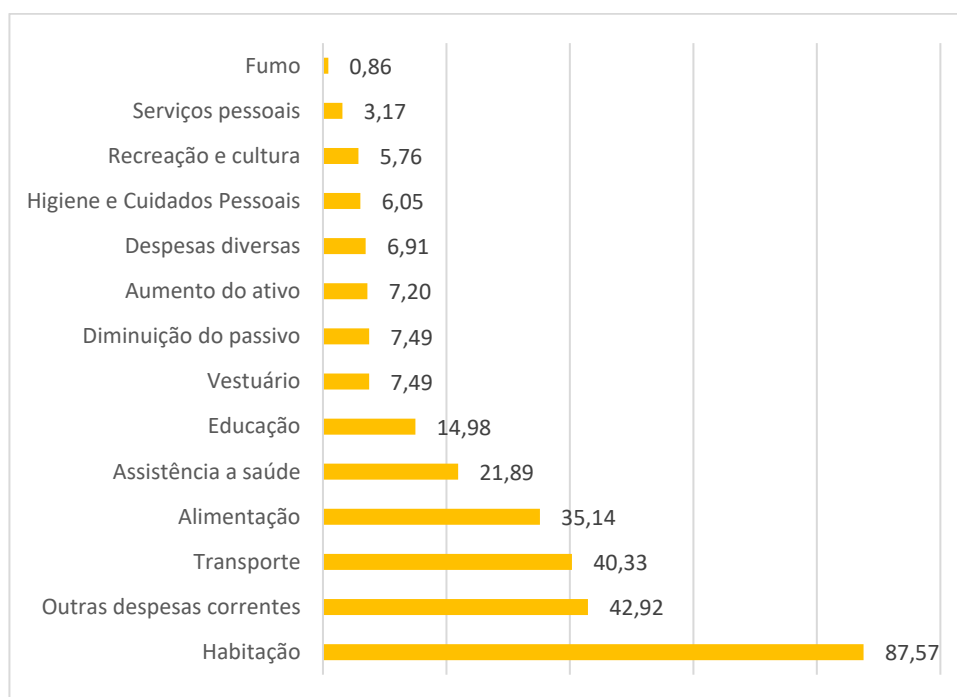
**Fonte:** POF-IBGE 2017-2018

A partir da estimativa da renda dos empregados da Petrobras do EDISA, estas despesas seriam traduzidas em números absolutos tal como está no Gráfico 2. Isto é, deixará de ser gasto pelos moradores da região da Baixada Santista um montante de R\$ 288 milhões todos os anos. Por item temos que esta despesa anual é despendida R\$ 87,57 milhões em Habitação, R\$ 40,33 milhões em Transporte, R\$ 35,14 milhões em Alimentação, e assim sucessivamente.

---

na qual está incluído o imposto sindical), serviços bancários (tarifas e taxas), pensões, mesadas, doações e previdência privada. Nas tabelas, na linha “outras”, estão agregadas despesas como, por exemplo: seguro de vida, seguro de acidentes pessoais, seguro de bens móveis, indenização a terceiros e demais despesas de mesma natureza” (IBGE, 2019, p. 19; disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>>).

**Gráfico 2 - Distribuição da despesa média mensal familiar para o caso dos empregados da Petrobras segundo tipos de despesa – SP – período 2017-2018 (em milhões de R\$) – Total de R\$ 288 milhões**



**Fonte:** Elaboração própria

Vejam agora como esta despesa é feita de forma mais detalhada, por subitem, para assim termos uma melhor dimensão do prejuízo por setor econômico<sup>9</sup>. Começamos com o gasto em Habitação, exposto no Gráfico 3. Para este gasto, o maior dispêndio é em Aluguel, com R\$ 45,8 milhões. Tomando como referencial o preço médio do m<sup>2</sup> em Santos, de R\$29,58/m<sup>2</sup><sup>10</sup>, isto equivale a 19.354 mensalidades de aluguel de apartamentos de 80m<sup>2</sup>, um montante considerável. Ou seja, o mercado imobiliário da região perderia quase 20 mil mensalidades de aluguel por ano. Também haverá uma grande perda em Serviços e Taxas (telefone fixo, telefone celular, TV e Internet, gás doméstico, água e esgoto, etc.), na ordem de R\$ 18,44 milhões. Isto quer dizer que, por exemplo, serão vendidos R\$ 1,2 milhão a menos de gás nas residências

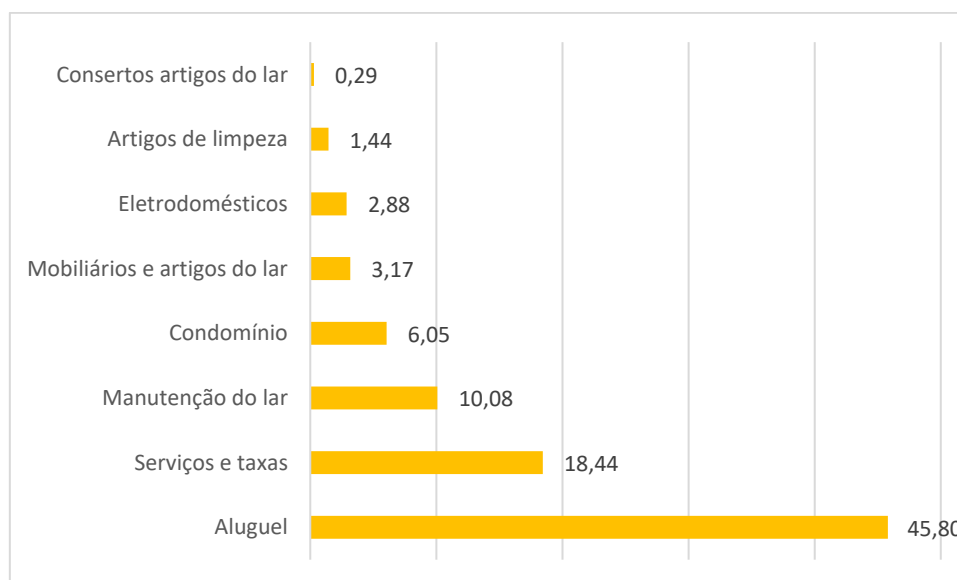
<sup>9</sup> Todos os gastos por item e subitem estão detalhados no Anexo 3.

<sup>10</sup> Disponível em <<http://fipezap.wpengine.com/wp-content/uploads/2018/10/201809-residencial-locacao.pdf>>.



(GLP e natural) e que as empresas de internet e TV terão quase R\$ 5 milhões a menos de circulação no ano. Também serão pagos mais de R\$ 6 milhões a menos em Condomínios, impactando no emprego de porteiros e zeladores, além de outros prestadores de serviço de manutenção destes residenciais. Chama também a atenção para a possível diminuição de quase R\$ 3 milhões em eletrodomésticos. Isto quer dizer que, se estes empregos forem transferidos, as lojas de eletrodomésticos perderão este montante milionário em vendas todos os anos.

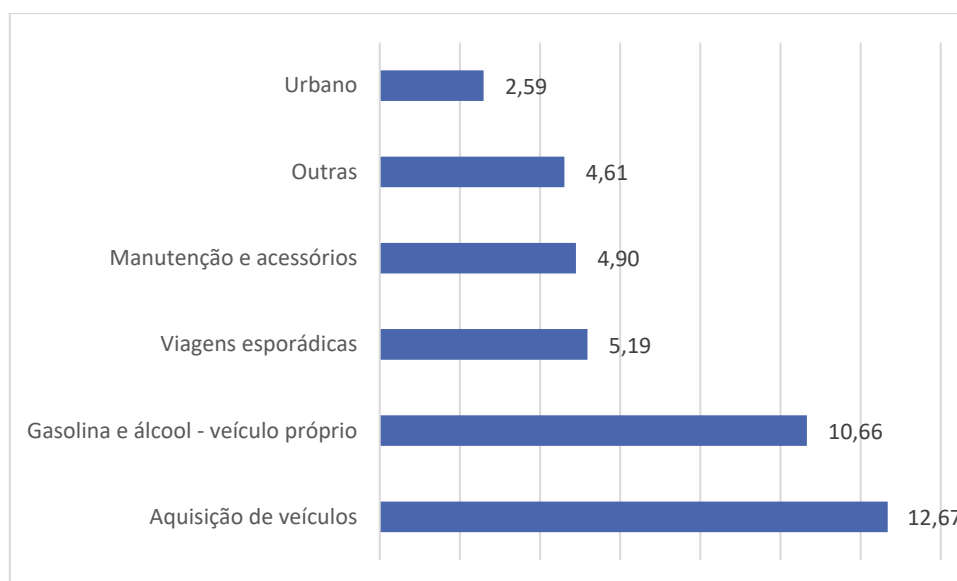
**Gráfico 3 – Detalhamento das despesas anuais dos empregados da Petrobras com Habitação (em milhões de R\$) – Total de R\$ 87,6 milhões**



**Fonte:** Elaboração própria

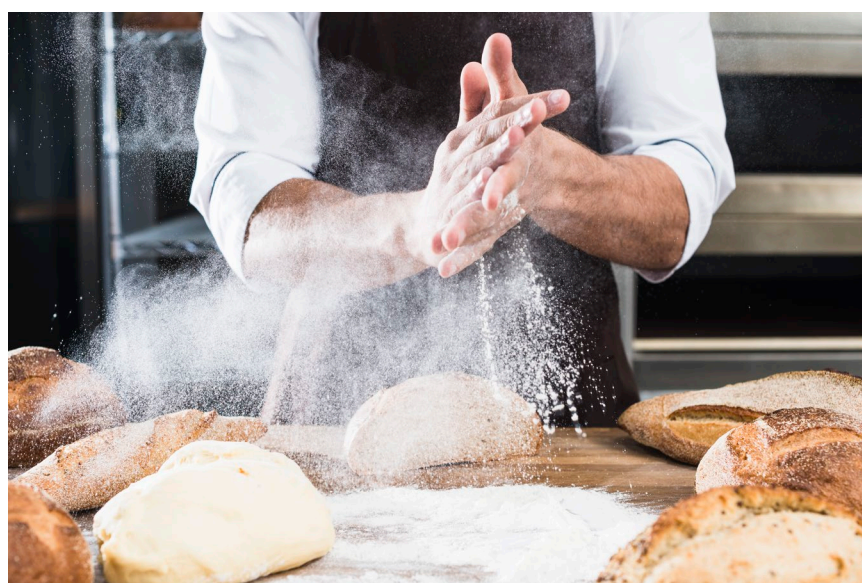
Já em relação aos gastos com Transporte, podemos ver que a maior perda será para as concessionárias da região (Aquisição de veículos), que deixarão de vender todos os anos R\$ 12,7 milhões em automóveis. Segundo, os postos de gasolina deixarão de vender R\$ 10,7 milhões apenas em álcool e gasolina. Mecânicas também **perderão quase R\$ 5 milhões em receitas de serviços todos os anos. Já o transporte urbano terá uma baixa de R\$ 2,6 milhões.**

**Gráfico 4 – Detalhamento das despesas anuais dos empregados da Petrobras com Transporte (em milhões de R\$) – Total de R\$ 40,32 milhões**

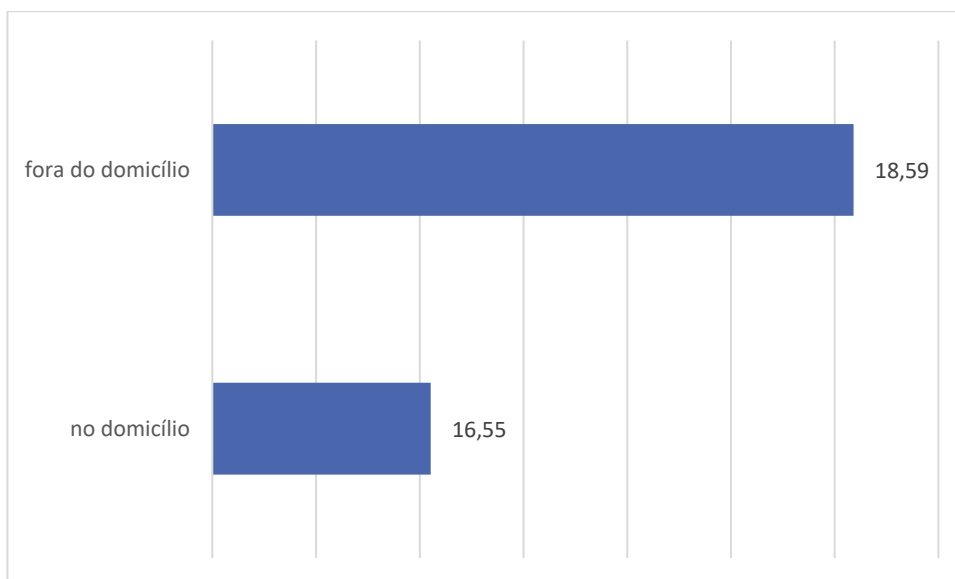


**Fonte:** Elaboração própria

Já em relação à Alimentação, a saída destes empregados deverá retirar R\$35,1 milhões anuais neste setor. Deste montante, 47,1% são gastos para se alimentar em casa e 52,9% para se alimentar fora de casa, o primeiro atingindo mercados, padarias e outras vendas, e o segundo restaurantes, lanchonetes e bares.



### Gráfico 5 – Despesas anuais dos empregados da Petrobras com Alimentação dentro e fora do domicílio (em milhões de R\$) – Total de R\$ 35,14 milhões

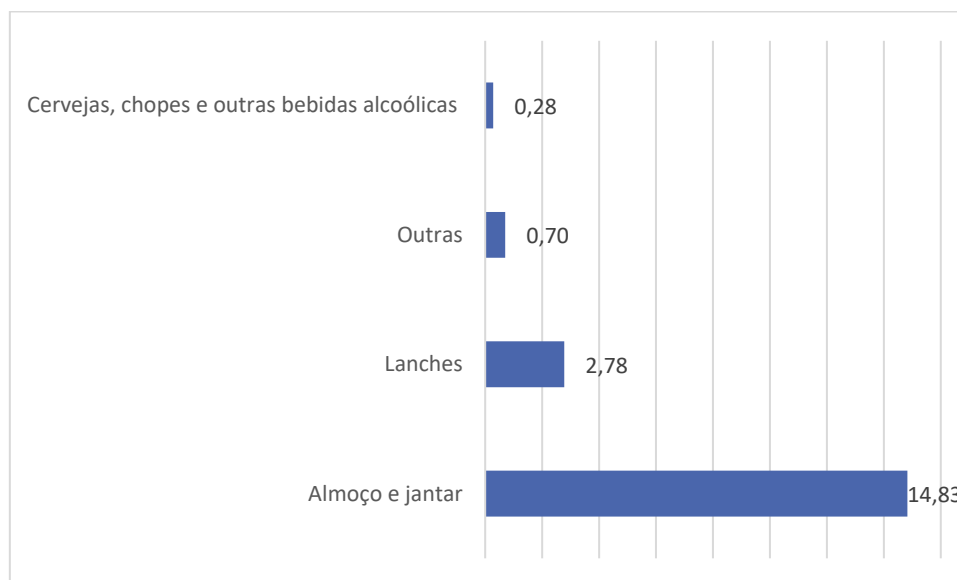


Fonte: Elaboração própria

Para enxergarmos mais de perto os possíveis efeitos, vejamos como o gasto “fora do domicílio” é feito por estas famílias. **Os mais afetados, obviamente, são restaurantes que servem almoço e jantar.** Para estas empresas a perda é de R\$ 14,83 milhões anuais. Já para lanchonetes a perda é de R\$ 2,8 milhões. Para a venda de bebidas alcoólicas nos bares a perda será de R\$ 280 mil por ano.



### Gráfico 6 – Despesas anuais dos empregados da Petrobras com Alimentação fora do domicílio por tipo (em milhões de R\$) – Total de R\$ 18,6 milhões



Fonte: Elaboração própria

Para os gastos com Saúde, o montante soma quase R\$ 22 milhões e a divisão é feita da seguinte forma. Os principais afetados serão os gastos classificados como “consultas, exames, tratamentos e hospital”, que perderão R\$ 15,7 milhões em receitas anuais<sup>11</sup>. Utilizando-se de dados da AMS expostos na nota de rodapé 11, podemos estimar que deste total, os hospitais perderão

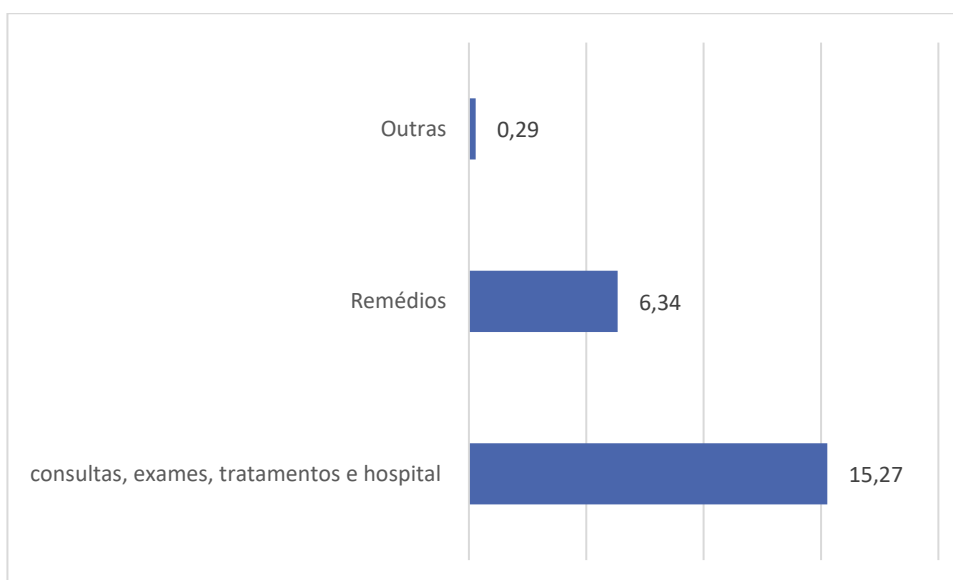
<sup>11</sup> É importante pontuar que transformamos os gastos que originalmente são classificados como de Plano de Saúde, pela POF, em gastos com hospitais e clínicas, pois a despesa que estes trabalhadores têm é com a coparticipação, e não com o pagamento à uma empresa privada do setor, sendo assim este dinheiro vai para as empresas de saúde locais, e não para o plano. A Petrobras e seus empregados mantêm, em sistema de coparticipação, celebrado por meio do Acordo Coletivo de Trabalho, o Programa de Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), englobando atendimento médico ambulatorial e hospitalar, além do atendimento de odontologia. Para garantir o atendimento dos beneficiários do Plano, o Programa conta com extensa rede de credenciados, envolvendo consultórios médicos, clínicas, hospitais, laboratórios e serviços de imagens, além da área odontológica, atendendo eventos de pequeno e grande risco. Segundo relatório da AMS, o gasto per capita médio no país é de R\$848 mensais, muito próximo da nossa estimativa via POF. Neste mesmo relatório, temos que a divisão destes gastos é feita da seguinte forma: hospitais (60%), Consultório e clínicas médicas (16%), Laboratório de imagem (7%), Consultórios e clínicas odontológicas (6%), Tratamento continuado (2%) e Outros credenciados (8%). Relatório este que pode ser acessado em: < <https://www.ams.petrobras.com.br/portal/ams/beneficiario/relatorio-anual-2019.htm>>.

R\$9,16 milhões, os Consultórios e clínicas médicas R\$ 2,44 milhões, Laboratórios R\$ 1,07 milhão e Consultórios e clínicas odontológicas R\$ 920 mil.

**As farmácias também serão fortemente afetadas, com R\$ 6,3 milhões a menos por ano especificamente em vendas de remédios.**



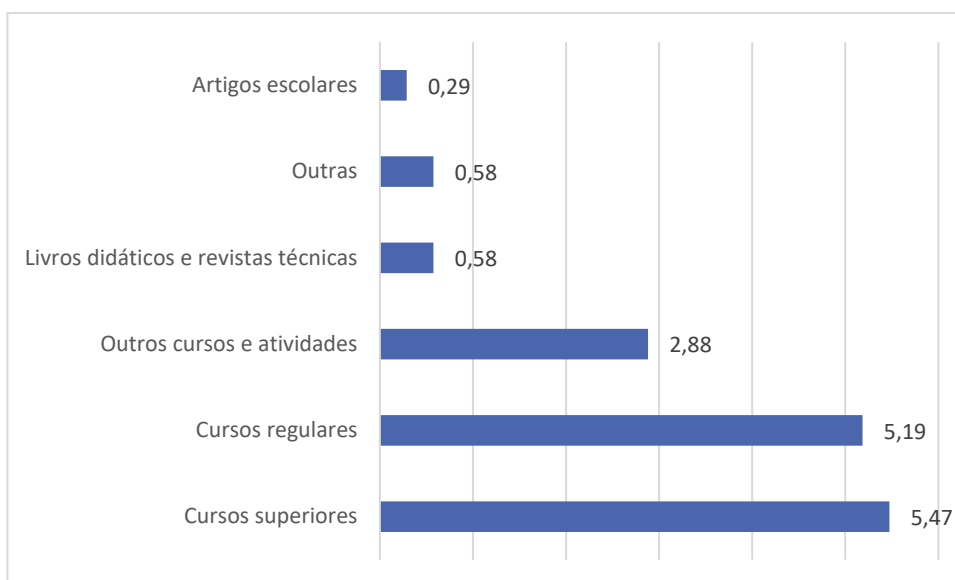
**Gráfico 7 – Despesas anuais dos empregados da Petrobras com Saúde (em milhões de R\$) – Total de R\$ 21,89 milhões**



**Fonte:** Elaboração própria

Para a Educação, sexto maior gasto, teremos uma perda de quase R\$ 15 milhões. As instituições mais afetadas serão as faculdades (R\$ 5,47 milhões) e escolas regulares (R\$ 5,19 milhões), concentrando 71% da perda milionária do setor. Outras escolas que não as de ensino básico regular perderão quase R\$ 3 milhões, livrarias (para livros didáticos e técnicos) perderão R\$ 580 mil e papelarias R\$ 290 mil.

**Gráfico 8 – Despesas anuais dos empregados da Petrobras com Educação  
(em milhões de R\$) – Total de R\$ 14,98 milhões**

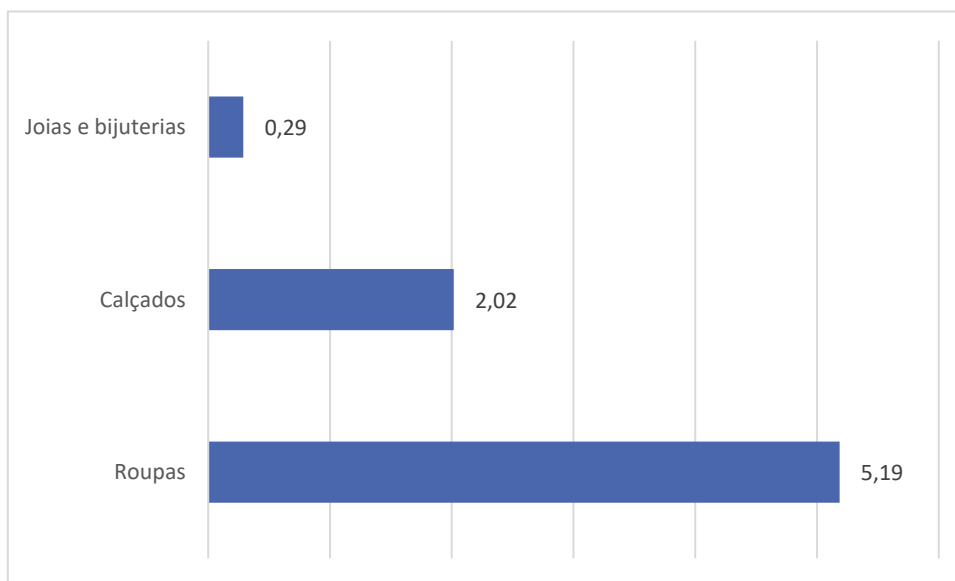


Fonte: Elaboração própria

Despesas com Vestuário também terão uma forte subtração, quase R\$ 7,5 milhões todos os anos. As lojas de roupa perderão R\$ 5,19 milhões em vendas, enquanto que as lojas de calçados perderão R\$ 2 milhões. Ainda, lojas de joias e bijuterias perderão R\$ 290 mil.



**Gráfico 9 – Despesas anuais dos empregados da Petrobras com Vestuário (em milhões de R\$) – Total de R\$ 7,49 milhões**



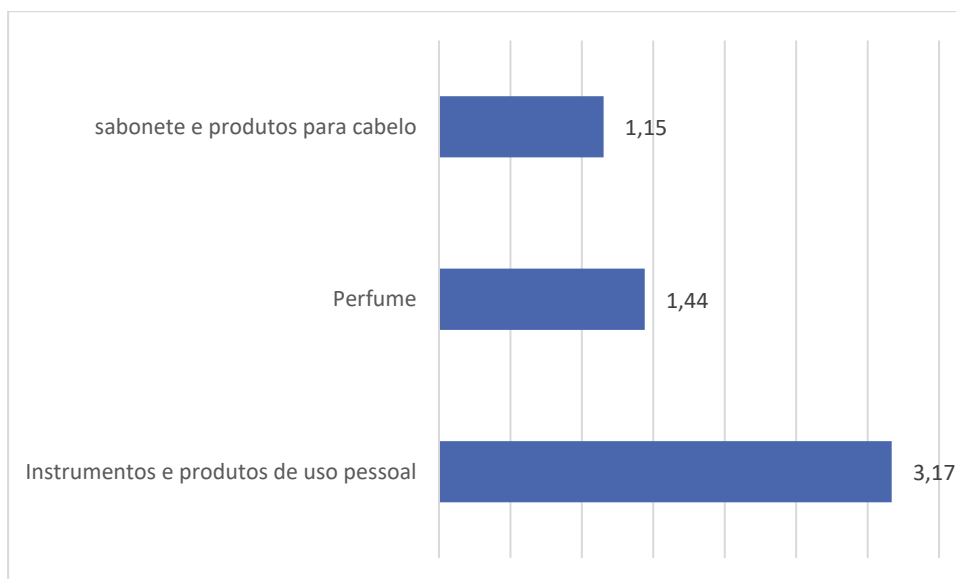
**Fonte:** Elaboração própria

As compras de produtos de higiene diminuirão em R\$ 6 milhões na região, gerando perdas tanto para mercados quanto para farmácias. Instrumentos e produtos de uso pessoal terão perdas de R\$ 3,17 milhões, perfumes de R\$ 1,44 milhão e sabonetes, xampus e cremes/condicionadores perderão R\$ 1,15 milhão.





### Gráfico 10 – Despesas anuais dos empregados da Petrobras com Higiene (em milhões de R\$) – Total de R\$ 6,05 milhões

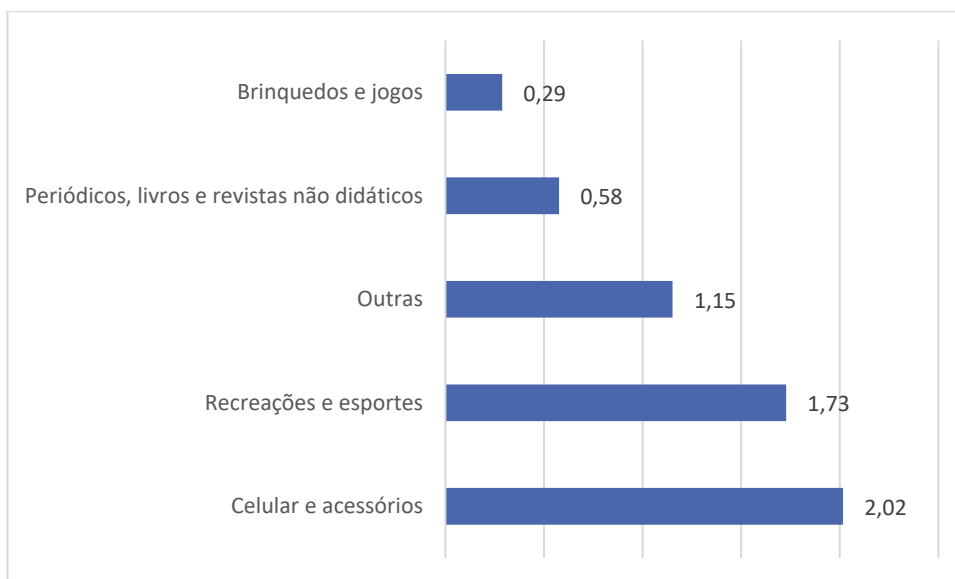


Fonte: Elaboração própria

Já em relação às despesas com recreação e cultura, as lojas mais atingidas serão as que vendem celulares e acessórios, micro empreendimentos que ocupam muitas pessoas nos centros das cidades, vendendo fones, protetores de telas, consertando celulares, etc., com perdas de mais de R\$ 2 milhões. Recreações e esportes terão subtração de R\$ 1,73 milhão, **livrarias e bancas R\$ 580 mil** e lojas de brinquedos e jogos perderão R\$ 290 mil.

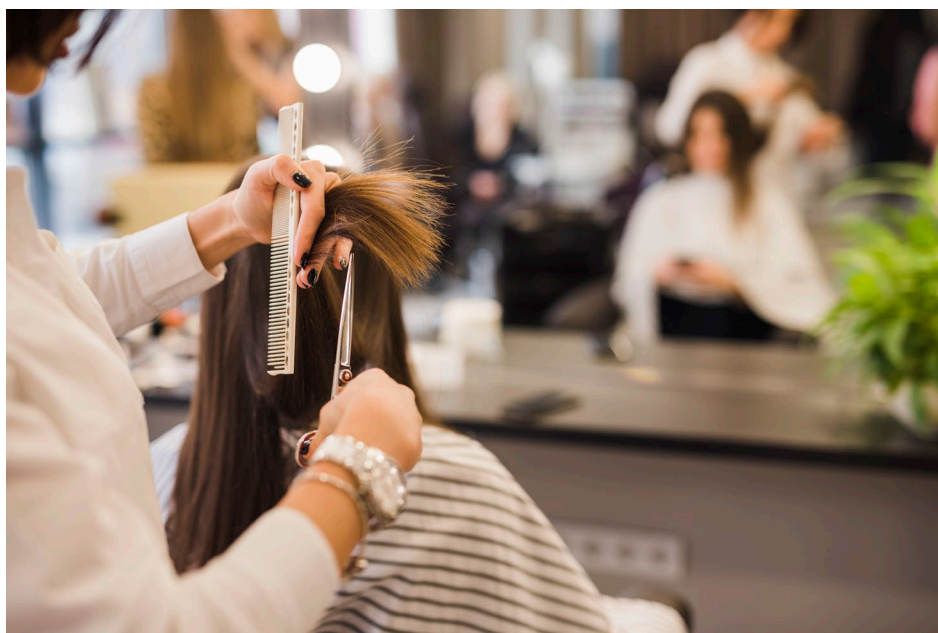


### Gráfico 11 – Despesas anuais dos empregados da Petrobras com Recreação e Cultura (em milhões de R\$) – Total de R\$ 5,76 milhões

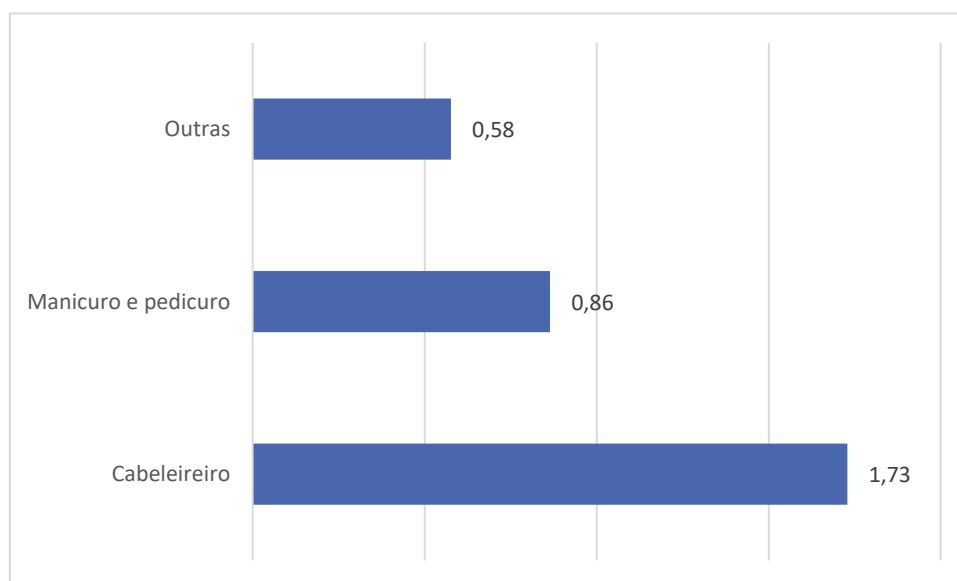


Fonte: Elaboração própria

Também teremos grande perda em um setor que ocupa muitos trabalhadores autônomos e informais, o de Serviços Pessoais. **Cabeleireiros perderão R\$ 1,73 milhão**, enquanto que manicures e pedicures perderão R\$ 860 mil, o que irá gerar grandes impactos na vida destes trabalhadores.



**Gráfico 12 – Despesas anuais dos empregados da Petrobras com Serviços Pessoais (em milhões de R\$) – Total de R\$ 3,17 milhões**



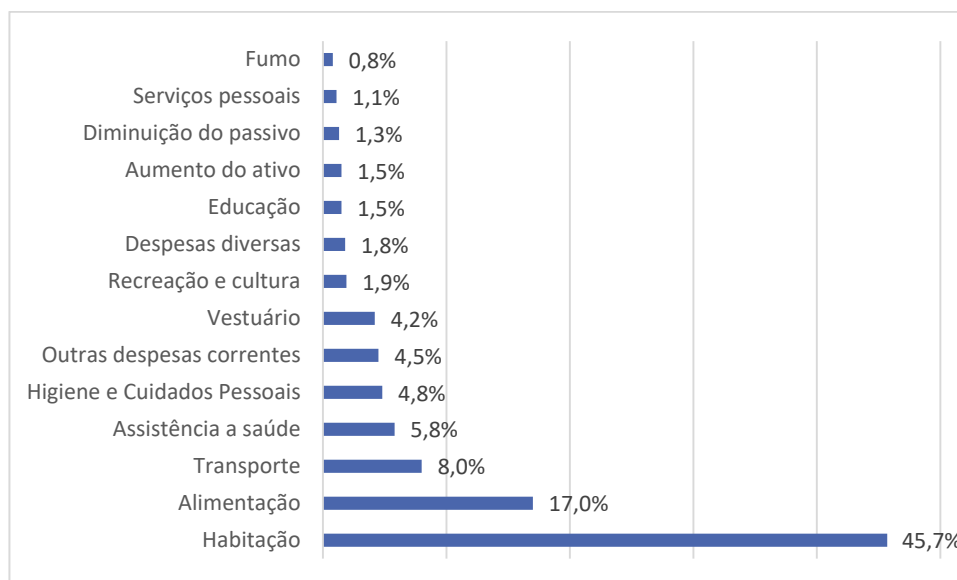
Fonte: Elaboração própria

Por fim, também chamamos atenção para gastos com aumento do ativo das famílias. Anualmente, estas famílias investem R\$ 7,2 milhões em aquisição e reformas de imóveis. Ou seja, mais um fator que impactará negativamente o mercado imobiliário da região, depósitos de materiais de construção e lojas de construção e reforma, desvalorizando imóveis e retirando dinheiro da Construção Civil.

### **3. Estimando a perda de despesas efetuadas pelos terceirizados e o agregado na Região da Baixada Santista**

Por sua vez, os trabalhadores terceirizados do EDISA deverão perder uma renda de aproximadamente R\$ 20,85 milhões, o que se traduzirá em perda de dinheiro circulando na economia local a partir de suas despesas. Adotando o mesmo método do item anterior, agora com a distribuição das despesas segundo a POF-IBGE para famílias de renda de até R\$ 1.908, temos que as principais despesas são Habitação (45,7%), Alimentação (17%), Transporte (8%), Saúde (5,8%) e Higiene (4,8%).

**Gráfico 13 – Distribuição da despesa média familiar para famílias de rendimento de até R\$ 1.908 segundo tipos de despesa – SP – período 2017-2018 (em % em relação ao total)**

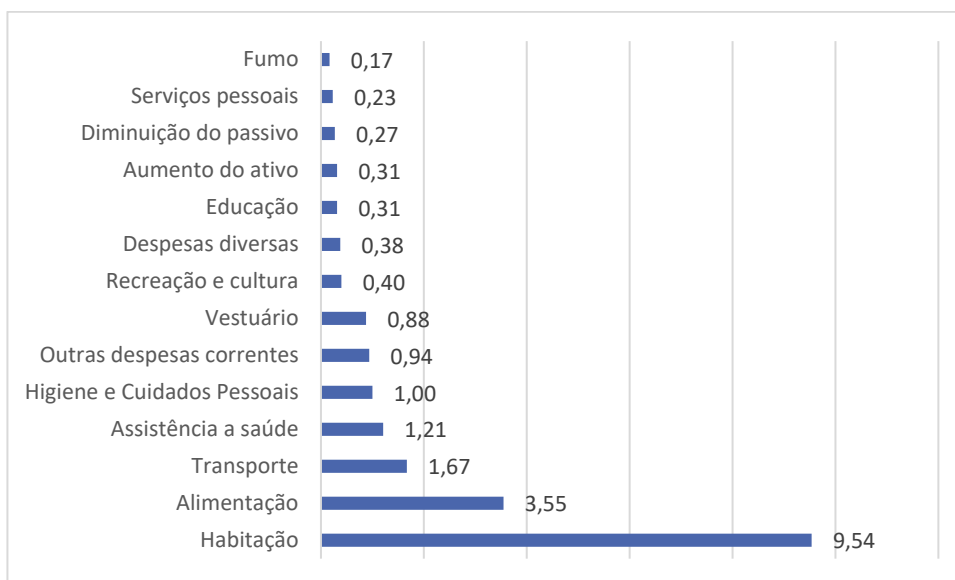


Fonte: Elaboração própria

Novamente, traduzindo estas proporções em números absolutos, temos que o mercado imobiliário da região perderá quase R\$ 10 milhões, o setor de alimentação R\$ 3,55 milhões, a **área de Saúde privada R\$ 1,21 milhões**, Higiene R\$ 1 milhão, etc., tal como pode ser visto no Gráfico 14.



**Gráfico 14 – Distribuição da despesa média familiar para o caso dos terceirizados do Edisa segundo tipos de despesa – SP – período 2017-2018 (em milhões de R\$) – Total de R\$ 20,85 milhões**

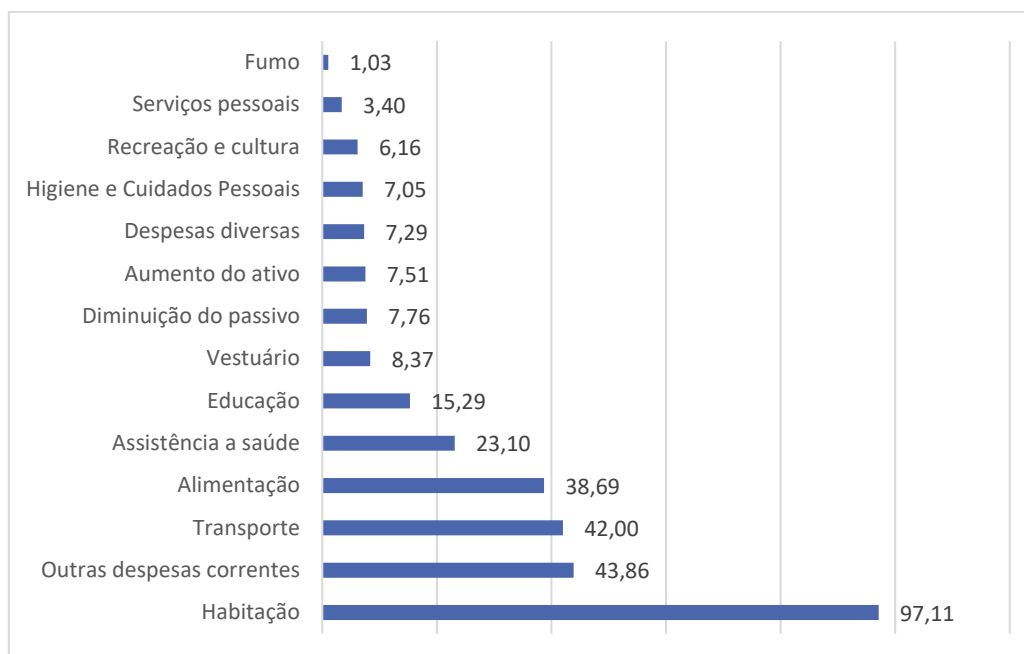


Fonte: Elaboração própria

Por fim, vejamos no Gráfico 15 quais são as perdas gerais, somando tanto os empregados da Petrobras, quanto os empregados terceirizados do EDISA. Como pode ser visto, as perdas somadas chegam, por exemplo, a quase R\$ 100 milhões na área de Habitação, R\$ 42 milhões em **Transporte, R\$ 38,7 milhões** em Alimentação e R\$ 23,1 milhões em Saúde.



### Gráfico 15 – Detalhamento das despesas anuais dos empregados da Petrobras e dos terceirizados do EDISA por item (em milhões de R\$)



Fonte: Elaboração própria

Quando os dados são expostos assim, no agregado, conseguimos enxergar o tamanho do problema que a mudança da Petrobras para o RJ pode causar à região.

#### 4. Perdas tributárias

Para estimarmos as perdas tributárias para os municípios da região da Baixada Santista e o estado de SP aplicamos a proporção da receita tributária por base de incidência e nível de governo calculado pela Receita Federal<sup>12</sup> ao total da despesa efetuada em consumo (“despesas de consumo”, item exposto no Anexo 3) pelos trabalhadores da Petrobras e terceirizados. Considerando que esta proporção é de 15,1% para tributos sobre bens e serviços como um todo, e 7,48% para a tributação estadual e 1,25% para a tributação municipal, temos que a arrecadação de tributação indireta, que incide no consumo

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/ctb-2018-publicacao-v5.pdf>>.



(principalmente ICMS e ISS), deve ser no total de R\$ 21,8 milhões, ou 8,73% do valor de R\$ 308,9 milhões, que é o consumo total que sairá de circulação na região segundo nossas estimativas. Os valores detalhados podem ser vistos na Tabela 1, abaixo.

**Tabela 1 – Estimativa de arrecadação a partir de tributos municipais e estaduais no consumo de bens e serviços dos empregados da Petrobras e terceirizados (em R\$)**

	Empregados da Petrobras	Empregados terceirizados	Total
Tributo municipal	2.880.590,02	241.828,17	3.122.418,19
Tributo estadual	17.237.450,71	1.447.099,77	18.684.550,48
Total	20.118.040,73	1.688.927,94	21.806.968,67

Fonte: Elaboração própria

Isto é, enquanto o governo estadual perderá R\$ 18,7 milhões em arrecadação anual, os municípios deverão perder R\$ 3,12 milhões em arrecadação. O valor de quase R\$ 22 milhões se soma às outras consequências descritas ao longo deste trabalho.

## 5. Considerações gerais sobre os impactos sociais desta mudança

Os gráficos e tabelas apresentados dão a dimensão de parte das pesadas perdas econômicas para a cidade de Santos e demais municípios da região da Baixada Santista, com o esvaziamento e eventual encerramento das atividades da Petrobras no EDISA. Os números apontam muitas perdas para inúmeros setores econômicos, afetando, particularmente, os ramos imobiliário, do comércio e serviços. São empreendedores que terão suas atividades inviabilizadas e trabalhadores que poderão perder sua fonte de sustento, ficando desempregados.





A desindustrialização que, nas últimas décadas, vem afetando de conjunto a economia brasileira, tem jogado na informalidade e no subemprego um contingente cada vez maior de pessoas. São microempreendedores individuais, trabalhadores autônomos e eventuais, que sobrevivem a duras penas tentando criar sua própria renda em meio às turbulências da crise econômica. São segmentos que serão fortemente impactados com o eventual fechamento da área de apoio da Petrobras na região.

Particularmente grave é a situação dos trabalhadores e trabalhadoras subcontratados, prestadores de serviços e terceirizados que laboram no EDISA. Trata-se de um grupo com salários que se situam bastante abaixo da média dos valores praticados pela Petrobras e que, pelo grande contingente que representam, dificilmente encontrarão recolocação de trabalho imediata, passando a depender de auxílio governamental.

Para mensurar os impactos sociais desta medida, se vier a ser concretizada pela Petrobras, tomamos como referência o impacto positivo produzido com a expectativa de exploração do pré-sal e a instalação da Unidade Operacional da Petrobras no EDISA (agora de modo “inverso”). A inauguração da nova sede da Petrobras, em 2014, no bairro do Valongo, alimentou as perspectivas de que novas oportunidades de negócios e de emprego se abriam e, consequência imediata, espocou uma bolha imobiliária, que resultou numa valorização que atingiu, como um todo, os imóveis da região.

A expectativa alimentada pela Petrobras era de que esse seria o primeiro empreendimento ou a primeira torre instalada na região central e histórica de Santos. Empreendedores privados e o poder público, dada a credibilidade da estatal, passaram a apostar suas fichas em projetos e empreendimentos corporativos na região do entorno do EDISA. As construtoras ampliaram sua atividade e novos prédios, hotéis e centros de lojas comerciais foram erguidos; ampliou-se, sobremaneira, a oferta de cursos



relacionados às atividades petrolíferas, nos níveis médio e superior; investimentos importantes em mobilidade urbana foram efetuados, como o modal do VLT (veículo leve sobre trilhos) em Santos.

O Poder Público municipal adotou a legislação necessária para que os novos empreendimentos fossem adiante, alterando o Plano Diretor e as leis de uso e ocupação do solo, instituindo programas de apoio, de valorização do patrimônio e melhoria da qualidade e renovação da região. Por se tratar de uma área com importante acervo histórico e urbanístico, era também esperado o incremento da indústria cultural, do turismo e serviços em geral. Iniciativas de apoio neste sentido foram tomadas, como a restauração de teatros, ampliação da linha do bonde, instalação de museu, projetou-se a criação de um polo turístico na área portuária, dentre outras iniciativas.

Esperava-se, ainda, que o Aeroporto Dr. Antônio Ribeiro Nogueira Junior, em Itanhaém, e o Porto de Santos se convertessem em importantes equipamentos de logística para a atividade da empresa, bem como se apostava na ampliação e instalação de novos estaleiros e pequenos aeroportos. Essas expectativas eram corroboradas pelo próprio Senado Federal, que repercutiu matéria de um importante jornal da área econômica na qual os dirigentes dos municípios da região expunham seus projetos<sup>13</sup>.

A partir de 2017 a Petrobras inicia uma fase de mudança de sua base logística na região, deslocando-a para o estado do RJ, e os primeiros reflexos dessas iniciativas já se fizeram sentir, particularmente com o encerramento dos traslados pelo Aeroporto em Itanhaém e encerramento de algumas atividades da estatal na cidade de Santos (prédio da Conselheiro Nébias). Todo o investimento realizado pelo setor privado e pelo Poder Público poderá se perder, refletindo-se na interrupção de projetos urbanísticos de revitalização,

---

<sup>13</sup> Cidades do litoral de SP planejam crescer com os negócios do pré-sal, disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/458930/noticia.htm?sequence=1>, visualizado em 1.º de julho de 2020



transporte e logística, desativação de empreendimentos privados, interrupção de projetos da construção civil, reformas e construção naval, desvalorização de imóveis e desemprego de muitas pessoas, dentre outras consequências.

Outra frente de atividades que pode ser prejudicada é aquela vinculada aos projetos socioambientais da empresa<sup>14</sup> voltados para as comunidades. São projetos realizados em parceria com organizações da sociedade civil e têm como objetivo a preservação do meio ambiente, a sustentabilidade, o respeito aos direitos humanos e a melhoria das condições de vida nas áreas de operação<sup>15</sup>.

Há o temor de que a saída da Petrobras da região também possa resultar no encerramento desses programas ambientais e do incentivo às ONGs parceiras dos projetos na Baixada Santista. Vários dessas iniciativas são exigências estabelecidas em lei federal como compensação às atividades e a interferência no meio ambiente decorrente da ação da Petrobras, englobando programas ambientais e projetos de caracterização, mitigação, emergência, compensação e monitoramento realizados na Bacia de Santos<sup>16</sup>.

A Bacia de Santos gera ao menos 10 mil empregos<sup>17</sup> e, desses, estima-se que 2.100 trabalhadores atuam diretamente no EDISA. Ao longo dos anos o contingente de trabalhadores lotados na Unidade foi aumentando, mas ainda fica distante da previsão inicial da Petrobras, da presença de 6.000 empregados distribuídos pelas três torres pensadas para serem edificadas no Valongo<sup>18</sup>.

---

<sup>14</sup> Dentre os projetos, destacam-se o Programa de Recuperação da Biodiversidade Marinha (Rebimar), Rede de Projetos de Biodiversidade Marinha (Biomar), além do Projeto Tecendo Águas, Projeto de Monitoramento de Praias da Bacia de Santos (PMP-BS) e Projeto de Monitoramento de Cetáceos (PMC), todos em atividade no litoral paulista. Maiores informações estão disponíveis em <https://www.comunicabaciadesantos.com.br/>

<sup>15</sup> Disponível em <http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/>, visualizado em 1º de julho de 2020.

<sup>16</sup> Informações detalhadas disponíveis em <https://www.comunicabaciadesantos.com.br/condicionantes.html>

<sup>17</sup> Disponível em <https://www.opetroleo.com.br/bacia-de-santos-gera-ao-menos-10-mil-empregos/>, visualizado em 15 de junho de 2020.

<sup>18</sup> idem



A Companhia argumenta que o uso de novas tecnologias tornou desnecessário esse investimento em infraestrutura, com a consequente suspensão e, agora, o desinvestimento, na região de Santos. Os impactos econômicos e sociais dessa decisão não foram, no entanto, discutidos com os agentes políticos e dirigentes das municipalidades, bem como com os empreendedores que apostaram no novo momento que os planos da estatal, expostos publicamente, prenunciava. A decisão unilateral imposta pela Petrobras poderá levar, agora, a uma era de incertezas, que pode resultar em estagnação e retrocesso na economia regional, com impactos nas atividades econômicas e no emprego de milhares de cidadãos.

**Anexo 1 – Tabela 2 – Contingente de empregados da Petrobras com estimativa da renda anual advinda do trabalho na empresa**

Função	Nível	Qtde	Faixa salarial	Salário líquido	ATS médio	Alimentação	Renda a anualizada	Total
1	A	16	12.273,93	9.355,24	2.454,78	1.405,17	182.208,92	2.915.342,72
1	C	224	17.169,59	12.904,59	3.433,92	1.405,17	245.607,78	55.016.142,72
1	D	124	24.930,63	18.531,34	4.986,12	1.405,17	346.113,08	42.918.021,92
1	B	308	24.930,63	18.531,34	4.986,12	1.405,17	346.113,08	106.602.828,64
1	E	32	5.360,50	4.403,53	1.072,10	1.405,17	78.063,99	2.498.047,68
1	G	143	8.386,30	6.536,70	1.677,26	1.405,17	131.864,08	18.856.563,44
1	H	41	14.136,23	10.705,40	2.827,25	1.405,17	190.862,27	7.825.353,07
1	F	53	14.136,23	10.705,40	2.827,25	1.405,17	190.862,27	10.115.700,31
2	C	3	17.169,59	12.904,59	3.433,92	1.405,17	245.607,78	736.823,34
2	D	12	24.930,63	18.531,34	4.986,12	1.405,17	346.113,08	4.153.356,96
2	F	5	14.136,23	14.136,23	2.827,25	1.405,17	190.862,27	954.311,35
2	F	1	14.136,23	14.136,23	2.827,25	1.405,17	190.862,27	190.862,27
3	B	1	24.930,63	18.531,34	4.986,12	1.405,17	346.113,08	346.113,08
4	C	1	17.169,59	12.904,59	3.433,92	1.405,17	245.607,78	245.607,78
4	D	9	24.930,63	18.531,34	4.986,12	1.405,17	346.113,08	3.115.017,72
4	B	5	24.930,63	18.531,34	4.986,12	1.405,17	346.113,08	1.730.565,40
4	G	1	8.386,30	6.536,70	1.677,26	1.405,17	131.864,08	131.864,08
4	H	1	14.136,23	10.705,40	2.827,25	1.405,17	190.862,27	190.862,27
4	F	1	14.136,23	10.705,40	2.827,25	1.405,17	190.862,27	190.862,27
5	K	1	17.169,59	12.904,59	3.433,92	1.405,17	245.607,78	245.607,78
5	C	3	17.169,59	12.904,59	3.433,92	1.405,17	245.607,78	736.823,34



5	D	2	24.930,63	18.531,34	4.986,12	1.405,17	346.113,08	692.226,16
5	B	1	24.930,63	18.531,34	4.986,12	1.405,17	346.113,08	346.113,08
5	F	2	14.136,23	10.705,40	2.827,25	1.405,17	190.862,27	381.724,54
6	I	1	24.930,63	18.531,34	4.986,12	1.405,17	346.113,08	346.113,08
7	D	8	24.930,63	18.531,34	4.986,12	1.405,17	346.113,08	2.768.904,64
7	B	1	24.930,63	18.531,34	4.986,12	1.405,17	346.113,08	346.113,08
7	F	1	14.136,23	10.705,40	2.827,25	1.405,17	190.862,27	190.862,27
8	F	3	14.136,23	10.705,40	2.827,25	1.405,17	190.862,27	572.586,81
9	C	3	17.169,59	12.904,59	3.433,92	1.405,17	245.607,78	736.823,34
9	D	27	24.930,63	18.531,34	4.986,12	1.405,17	346.113,08	9.345.053,16
9	B	25	24.930,63	18.531,34	4.986,12	1.405,17	346.113,08	8.652.827,00
9	H	2	14.136,23	10.705,40	2.827,25	1.405,17	190.862,27	381.724,54
9	F	5	14.136,23	10.705,40	2.827,25	1.405,17	190.862,27	954.311,35
10	F	1	14.136,23	10.705,40	2.827,25	1.405,17	190.862,27	190.862,27
11	G	4	8.386,30	6.536,70	1.677,26	1.405,17	131.864,08	527.456,32
11	H	4	14.136,23	10.705,40	2.827,25	1.405,17	190.862,27	763.449,08
11	F	5	14.136,23	10.705,40	2.827,25	1.405,17	190.862,27	954.311,35
11	J	1	14.136,23	10.705,40	2.827,25	1.405,17	190.862,27	190.862,27

Fonte: Elaboração própria





## Anexo 2 – Tabela 3 – Funções e renda anual dos empregados terceirizados do

### EDISA

Função	Menor valor (R\$)	Maior valor (R\$)	Média apurada (R\$)
Auxiliar de manutenção predial	1.408,42	2.662,20	1.543,16
Auxiliar de limpeza/faxineiro	1.176,77	1.869,69	1.289,35
Portaria	1.315,34	2.008,95	1.441,17
Serviços gerais de manutenção	1.238,00	2.497,87	1.239,68
Cordeiro (limpeza de vidros)	1.234,83	2.228,42	1.352,96
Copeiro	1.210,34	1.939,81	1.326,12
Ajudante de eletricista	1.753,44	3.281,38	1.921,18
Eletricista	2.116,59	3.929,42	2.319,07
Vigilante	1.521,98	2.860,39	1.667,57
Supervisor de vigilantes	6.129,47	16.750,10	6.715,83
Técnico em segurança do trabalho	3.174,33	6.439,14	3.478,00
Engenheiro de segurança do trabalho	7.525,18	17.662,46	8.245,06
Técnico de enfermagem do trabalho	2.493,14	4.685,64	2.731,64
Recepcionista	1.350,78	2.435,10	1.480,00
mediana			1.605,37
total			20.869.745,00

Fonte: Ministério da Economia [Elaboração própria]



**Anexo 3 – Tabela 4 – Estimativa de dispêndio anual de cada grupo de trabalhadores por tipo de despesa (em R\$)**

	Despesas dos empregados da Petrobras	Despesas dos empregados terceirizados	total
<b>Despesa total</b>	288.059.002,48	20.869.745,00	308.928.747,48
<b>Despesas correntes</b>	273.367.993,35	20.285.392,14	293.653.385,49
<b>Despesas de consumo</b>	230.447.201,98	19.346.253,62	249.793.455,60
<b>1. Alimentação</b>	35.143.198,30	3.547.856,65	38.691.054,95
<b>2. Habitação</b>	87.569.936,75	9.537.473,47	97.107.410,22
2.1 Aluguel	45.801.381,39	5.363.524,47	51.164.905,86
2.2 Condomínio	6.049.239,05	83.478,98	6.132.718,03
2.3 Serviços e taxas	18.435.776,16	2.525.239,15	20.961.015,30
2.3.1 Energia elétrica	4.608.944,04	918.268,78	5.527.212,82
2.3.2 Telefone fixo	576.118,00	62.609,24	638.727,24
2.3.3 Telefone Celular	3.456.708,03	271.306,69	3.728.014,71
2.3.4 Pacote de telefone, TV e Internet	4.897.003,04	208.697,45	5.105.700,49
2.3.5 Gás doméstico	1.152.236,01	354.785,67	1.507.021,67
2.3.6 Água e esgoto	2.016.413,02	521.743,63	2.538.156,64
2.3.7 Outros	2.016.413,02	166.957,96	2.183.370,98
2.4 Manutenção do lar	10.082.065,09	354.785,67	10.436.850,75
2.5 Artigos de limpeza	1.440.295,01	125.218,47	1.565.513,48
2.6 Mobiliários e artigos do lar	3.168.649,03	480.004,14	3.648.653,16
2.7 Eletrodomésticos	2.880.590,02	563.483,12	3.444.073,14
2.8 Consertos artigos do lar	288.059,00	20.869,75	308.928,75
<b>3. Vestuário</b>	7.489.534,06	876.529,29	8.366.063,35
3.1 Roupas de homem	1.728.354,01	208.697,45	1.937.051,46
3.2 Roupas de mulher	2.304.472,02	229.567,20	2.534.039,21
3.3 Roupas de criança	1.152.236,01	125.218,47	1.277.454,48
3.4 Calçados e apetrechos	2.016.413,02	292.176,43	2.308.589,45
3.5 Joias e bijuterias	288.059,00	20.869,75	308.928,75
<b>4. Transporte</b>	40.328.260,35	1.669.579,60	41.997.839,95
4.1 Urbano	2.592.531,02	375.655,41	2.968.186,43
4.2 Gasolina - veículo próprio	7.777.593,07	313.046,18	8.090.639,24
4.3 Álcool - veículo próprio	2.880.590,02	83.478,98	2.964.069,00
4.4 Manutenção e acessórios	4.897.003,04	208.697,45	5.105.700,49
4.5 Aquisição de veículos	12.674.596,11	521.743,63	13.196.339,73
4.6 Viagens esporádicas	5.185.062,04	104.348,73	5.289.410,77
4.7 Outras	4.608.944,04	62.609,24	4.671.553,27
<b>5. Higiene e Cuidados Pessoais</b>	6.049.239,05	1.001.747,76	7.050.986,81
5.1 Perfume	1.440.295,01	208.697,45	1.648.992,46





5.2 Produtos para cabelo	864.177,01	125.218,47	989.395,48
5.3 Sabonete	288.059,00	83.478,98	371.537,98
5.4 Instrumentos e produtos de uso pessoal	3.168.649,03	584.352,86	3.753.001,89
<b>6. Assistência à saúde</b>	<b>21.892.484,19</b>	<b>1.210.445,21</b>	<b>23.102.929,40</b>
6.1 Remédios	6.337.298,05	897.399,04	7.234.697,09
6.2 Plano/Seguro/Coparticipação	10.370.124,09	146.088,22	10.516.212,30
6.3 Consulta e tratamento dentário	1.728.354,01	41.739,49	1.770.093,50
6.4 Consulta médica	864.177,01	41.739,49	905.916,50
6.5 Tratamento médico e ambulatorial	576.118,00	20.869,75	596.987,75
6.6 Serviços de cirurgia	576.118,00	-	576.118,00
6.7 Exames diversos	288.059,00	20.869,75	308.928,75
6.8 Material de tratamento	864.177,01	41.739,49	905.916,50
6.9 Outras	288.059,00	-	288.059,00
<b>7. Educação</b>	<b>14.979.068,13</b>	<b>313.046,18</b>	<b>15.292.114,30</b>
7.1 Cursos regulares	5.185.062,04	20.869,75	5.205.931,79
7.2 Cursos superiores	5.473.121,05	104.348,73	5.577.469,77
7.3 Outros cursos e atividades	2.880.590,02	83.478,98	2.964.069,00
7.4 Livros didáticos e revistas técnicas	576.118,00	20.869,75	596.987,75
7.5 Artigos escolares	288.059,00	20.869,75	308.928,75
7.6 Outras	576.118,00	41.739,49	617.857,49
<b>8. Recreação e cultura</b>	<b>5.761.180,05</b>	<b>396.525,16</b>	<b>6.157.705,20</b>
8.1 Brinquedos e jogos	288.059,00	41.739,49	329.798,49
8.2 Celular e acessórios	2.016.413,02	208.697,45	2.225.110,47
8.3 Periódicos, livros e revistas não didáticos	576.118,00	20.869,75	596.987,75
8.4 Recreações e esportes	1.728.354,01	104.348,73	1.832.702,74
8.5 Outras	1.152.236,01	41.739,49	1.193.975,50
<b>9. Fumo</b>	<b>864.177,01</b>	<b>166.957,96</b>	<b>1.031.134,97</b>
<b>10. Serviços pessoais</b>	<b>3.168.649,03</b>	<b>229.567,20</b>	<b>3.398.216,22</b>
10.1 Cabeleireiro	1.728.354,01	187.827,71	1.916.181,72
10.2 Manicuro e pedicuro	864.177,01	20.869,75	885.046,75
10.3 Outras	576.118,00	20.869,75	596.987,75
<b>11. Despesas diversas</b>	<b>6.913.416,06</b>	<b>375.655,41</b>	<b>7.289.071,47</b>
11.1 Jogos e apostas	576.118,00	41.739,49	617.857,49
11.2 Comunicação	288.059,00	20.869,75	308.928,75
11.3 Cerimônias e festas	1.440.295,01	41.739,49	1.482.034,50
11.4 Serviços profissionais	1.728.354,01	104.348,73	1.832.702,74
11.5 Imóveis de uso ocasional	864.177,01	20.869,75	885.046,75
11.6 Outras	2.016.413,02	146.088,22	2.162.501,23



<b>12. Outras despesas correntes</b>	42.920.791,37	939.138,53	43.859.929,89
12.1 Impostos	18.435.776,16	292.176,43	18.727.952,59
12.2 Contribuições trabalhistas	12.674.596,11	250.436,94	12.925.033,05
12.3 Serviços bancários	4.032.826,03	146.088,22	4.178.914,25
12.4 Pensões, mesadas e doações	2.304.472,02	187.827,71	2.492.299,72
12.5 Previdência privada	864.177,01	-	864.177,01
12.6 Outras	4.320.885,04	41.739,49	4.362.624,53
<b>13. Aumento do ativo</b>	7.201.475,06	313.046,18	7.514.521,24
13.1 Imóvel (aquisição)	2.592.531,02	166.957,96	2.759.488,98
13.2 Imóvel (reforma)	4.608.944,04	166.957,96	4.775.902,00
<b>14. Diminuição do passivo</b>	7.489.534,06	271.306,69	7.760.840,75
14.1 Empréstimo	5.185.062,04	250.436,94	5.435.498,98
14.2 Prestação de imóvel	2.304.472,02	20.869,75	2.325.341,76

Fonte: Elaboração própria



---

**Autores:**

Eric Gil Dantas – economista do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais, é mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná.

Sebastião Carlos Pereira Filho – advogado, especialista em Direito Público, com extensão em Previdência Complementar, Regime Geral e Regimes Próprios dos Servidores Públicos, é mestre em Educação pela Universidade Nove de Julho.

